

## **SOCIALIZAÇÃO DO CAMPO E PLANIFICAÇÃO**

**P**ARA os próximos dez anos Moçambique projecta realizar a socialização do campo através do desenvolvimento de cooperativas e machambas estatais. A socialização do campo constitui uma prioridade do Plano Prospectivo Indicativo, e Moçambique encontra-se actualmente no primeiro ano deste Plano para a década.

É por esta razão que este número de Estudos Moçambicanos se debruça sobre a questão agrária. Mas isto porque se trata de algo mais do que a questão agrária em si. Com efeito, a questão agrária levanta questões que são fulcrais não só para o processo de transformação da agricultura como para a transformação socialista e particularmente o processo de acumulação social.

O III Congresso da FRELIMO estabeleceu a linha estratégica do desenvolvimento de Moçambique. Nesta estratégia a agricultura é a base e a indústria o factor dinamizador e decisivo. Isto implica que numa primeira fase a agricultura constitua a principal fonte de acumulação para o desenvolvimento económico. Isto significa que a socialização — a extensão e consolidação do sector estatal e a cooperativização de produção familiar — é uma tarefa imediata e imperativa. Numa bem sucedida socialização da agricultura assenta não só o futuro da agricultura mas também o programa de industrialização do país. A agricultura e a indústria podem ser sectores organizados de formas distintas, mas o seu inter-relacionamento é fundamental. Assim, a agricultura fornece alimentos e matérias-primas ao sector industrial; por seu turno, a produção pela indústria de artigos de consumo para a população

rural é o mecanismo fundamental de trocas entre os sectores e produtores rurais e industriais; a produção industrial de maquinaria agrícola para uma agricultura mecanizada é indispensável para se conseguir uma maior produtividade agrícola; mas o ritmo de construção da indústria pesada será por seu turno influenciado pela produção de excedentes e pela taxa de acumulação na agricultura.

A construção do socialismo em Moçambique coloca problemas específicos mas não únicos. Outros países antes conseguiram sair do subdesenvolvimento, a partir de capitalismos coloniais; tinham herdado uma indústria muito pouco desenvolvida e uma agricultura improdutivo; e no entanto conseguiram alcançar a conquista do poder pelos operários e camponeses.

Existe um debate rico e exaustivo sobre a construção do socialismo nas sociedades subdesenvolvidas. Se inicialmente a capacidade produtiva tiver de ser acelerada pela importação de bens de capital do estrangeiro, há necessidade de se aumentarem as exportações; mas como aumentar o fluxo disponível de produtos agrícolas a partir de uma agricultura camponesa pouco produtiva? A indústria pesada é vital não só para a mecanização da agricultura mas também para desfazer o estrangulamento da construção; a indústria ligeira deve produzir mais bens de consumo para elevar o nível de vida da classe operária urbana e para conseguir uma maior produção camponesa de excedentes. Qual o equilíbrio a conseguir entre a indústria pesada e a indústria ligeira? Qual a taxa de crescimento e como melhor determinar as proporções de excedentes a serem investidas na produção ou destinadas ao consumo?

O financiamento externo, em especial de grandes projectos, é uma importante fonte de investimento que pode acelerar o processo de acumulação interna mas que não se pode substituir a esta. Como aproveitar estes recursos externos e como situá-los no contexto da acumulação interna?

Todas estas questões e outras fazem parte do debate que prossegue sobre a transformação socialista. Não são questões colocadas exclusivamente a planificadores económicos. São questões de aliança de classes e de luta de classes. Quando se fala de termos de troca entre produtos industriais e agrícolas, sobre a política de preços, estão-se a colocar questões decisivas sobre como distribuir os resultados dos aumentos

de produtividade entre a melhoria do nível de vida dos trabalhadores assalariados industriais e entre a acumulação de capital, quer dizer a taxa de investimento. Entre aqui também a importância dos incentivos para os produtores camponeses. Assim, a política económica está indissociavelmente intrincada e precisa de ser dominada pelos efeitos da política sobre a relação entre classes, sobre a passagem de velhas classes e da consolidação do poder de novas classes. Da mesma forma, a socialização do campo implica não meramente o alargamento da base económica produtiva, mas a reordenação das relações de classe, o processo de transformação a partir de velhas formas de produção para novas.

Finalmente, gostaríamos de salientar três pontos principais: **Um** — Não há respostas para estas questões a nível puramente teórico abstracto e geral. Elas devem surgir da análise de uma realidade social específica, a de Moçambique. Qualquer outra aproximação é a construção de modelos arbitrários e inaplicáveis. Há um grande corpo de teoria marxista; há precedentes históricos, há mesmo lições revolucionárias, mas a teoria e a experiência, para serem relevantes, devem ser interiorizadas numa análise integrada de Moçambique.

**Dois** — As principais decisões estratégicas já foram tomadas pelo Partido e Estado. Não é porque os objectivos do Plano não são claros mas precisamente porque o são que deve haver o estudo mais próximo possível da realidade a transformar, das táticas apropriadas a fases particulares do processo; de contradições que surgem a fim de as resolver.

**Três** — O nosso ponto de vista sobre a planificação socialista do desenvolvimento é que ela compreende um conjunto de projectos e decisões de investimento, e que dentro de cada sector ou empresa, a produção e a produtividade, e em última análise mesmo o fluxo financeiro de cada empresa individual deve ser cuidadosamente seguido e controlado. Mas a planificação socialista é muito mais do que a regulação da empresa, do sector e da economia. É uma estratégia para a transformação total da sociedade. A transformação total — não apenas a criação de novas formas de produção mas a transformação das formas existentes — significa assim que a acumulação social deve necessariamente assentar na mais ampla mobilização da produtividade. E como é evidente, a FRELIMO insiste que a mobilização da produtividade é um acto político que necessita de organização política. Assim, o aumento de produtividade

está inextricavelmente ligado à necessidade de reorganizar o processo de trabalho a fim de que as classes trabalhadoras estejam no poder no local de produção, e que a aliança operário-camponesa exerça o poder de Estado. A trajectória para a acumulação socialista destinada à transformação socialista pressupõe assim, e requer necessariamente, um avanço simultâneo em todas aquelas frentes.

No seu artigo sobre a questão agrária, Bridget O'Laughlin vai ainda mais longe. Ela argumenta que nesta fase da revolução moçambicana a cooperativização da agricultura familiar e o alargamento e consolidação do sector estatal agrário não são duas medidas meramente complementares para a agricultura, não são duas tarefas separadas, mas que uma não pode ser bem sucedida sem a outra.

Em resumo, o raciocínio é o seguinte: para que o sector estatal possa ser bem sucedido tem de estabelecer novas condições de produtividade. Isto, é claro, é uma referência à base de classe de acumulação da economia rural colonial-capitalista antes da independência. A acumulação colonial dependia essencialmente da exploração do sector familiar camponês. O sector camponês fornecia mão-de-obra barata, alimentos baratos e matérias-primas baratas. Era, como é evidente, um campesinato integrado na produção de mais-valia — de subsistência apenas no sentido de que cultivava a sua própria alimentação — e a acumulação de capital colonial assentava grandemente na exploração deste campesinato. Assim, por exemplo, o sistema colonial manteve a posse comunal de terra precisamente para evitar o aparecimento de camponeses sem terra ou de operários completamente proletarizados, e a sua continuação na terra garantia a sua participação no processo de acumulação a partir de dois pontos. Simultaneamente como uma força de trabalho assalariada e como um campesinato produtor de excedentes.

O facto de que a rentabilidade das machambas dos colonos e das plantações assentava na exploração sistemática do campesinato, levanta problemas que constituem um desafio para o período de transição. Significa que a dependência fundamental do sector estatal agrário — criado a partir das machambas e plantações coloniais — em relação à agricultura familiar, não se pode dissolver instantaneamente já que na fase inicial da transformação socialista, o investimento em novas formas de produção continuará a requerer a transferência de exce-

dentes do campesinato. Mas — e tal é o principal aspecto do artigo em causa — para que esta transferência de excedentes não seja simplesmente a reprodução dos velhos modelos coloniais, tem que se registar uma transformação da agricultura familiar bem assim como do sector estatal. Daí o imperativo absoluto do movimento cooperativo. A cooperativização da agricultura familiar é necessária para gerar uma maior produção e uma melhor produtividade, para produzir um excedente maior e para contribuir melhor ao processo de acumulação, e, não o podemos esquecer, para consolidar uma base política da revolução entre produtores rurais.

O sector estatal agrícola é um instrumento muito poderoso através do qual se pode influenciar a transformação da economia rural. Pode fazê-lo indirectamente — através da sua influência nos preços e do seu papel na comercialização — e directamente distribuindo recursos e tecnologia. O sector estatal agrário é encarado no presente como o principal vector de excedentes alimentares absolutamente necessários para o esforço de industrialização; e, a mais longo prazo, como o gerador de um excedente interno para investimento. Isto leva-nos de volta à questão das condições de rentabilidade deste sector, já que ao mesmo tempo que uma agricultura altamente mecanizada pode produzir grandes excedentes de cereais comercializados, ela é também capaz, sob certas circunstâncias que se podem prolongar bastante, de absorver excedentes investíveis ao invés de os gerar. O raciocínio de O'Laughlin é de que as condições de rentabilidade na actual conjuntura dependem ainda muito das condições de utilização de mão-de-obra herdadas do capitalismo colonial.

No seu artigo, Marc Wuyts vira as suas atenções para a necessidade de se registarem novos modelos de utilização de mão-de-obra — absorção de mão-de-obra e estabilidade da mão-de-obra — não meramente como um objectivo da política social para enfrentar o desemprego e o subemprego rurais e os baixos níveis de vida rurais, mas como objectivo primordial da política económica para se conseguirem alcançar maiores níveis de produtividade.

Este argumento refere-se especificamente às condições das machambas estatais no Sul do país que estão a operar em áreas de excedentes de mão-de-obra relativos: a população rural do Sul, de há muito dependente do trabalho assalariado, tem vindo a experimentar uma redução do emprego mineiro

é de outros empregos é no entanto o sector estatal agrícola sofre em certa medida de falta de mão-de-obra. Como explicar este paradoxo de um excesso e carência de mão-de-obra ao mesmo tempo? Aqui deve-se dizer que não se trata de uma carência absoluta de mão-de-obra nas machambas estatais, mas de uma carência sazonal, em especial na época das colheitas.

Mas o tempo das colheitas nas machambas estatais é também a altura em que a mão-de-obra deve ser mais consistentemente utilizada na agricultura familiar, e nas cooperativas, para estas terem bons resultados económicos. As pequenas e médias empresas de colonos utilizavam a mão-de-obra sazonal para minimizar os custos de produção na machamba mas o sector estatal, com as vantagens do investimento consolidado, operações agrícolas racionalizadas e comercialização planeada, tem também necessidades rígidas de mão-de-obra em épocas particulares do ano. Conta com uma força de trabalho que foi extensivamente proletarizada a pontos do salário ter vindo a representar uma parte essencial do rendimento familiar. A dificuldade reside em que o trabalho por um curto período do ano não cobre os custos de reprodução familiares, não falando já da acumulação (reinvestimento) na agricultura familiar.

O artigo afirma que é evidente que a industrialização requer um aumento dos excedentes agrícolas comercializáveis e ao mesmo tempo um aumento da produção por produtor, que libertará a mão-de-obra da agricultura para a indústria. Aqui reside a importância da mecanização. Mas há diversas estratégias para aumentar o nível das forças produtivas da agricultura, e tecnologias que absorvem força de trabalho, ao mesmo tempo que permitem uma alta produtividade, merecem consideração nas condições especiais da herança do colonial-capitalismo.

Não se trata, portanto, de uma tese antimecanização. Pelo contrário, não há argumentos absolutos a favor ou contra uma estratégia de utilização extensiva ao invés de intensiva de mão-de-obra; só há soluções apropriadas às necessidades de acumulação numa conjuntura e situação de classe particulares, e estas necessitam de reflexão contínua e cuidadosa e mesmo, de maior investigação.

Uma área ainda a ser mais investigada é como este campesinato do Sul afastado do trabalho assalariado na África do Sul, está

a suportar a crise de produção da agricultura familiar. Uma análise da diferenciação social no seio do campesinato poderia revelar diversas adaptações.

Um ponto final: a política de desenvolvimento de Moçambique, devemos salientá-lo, é elaborada pelas estruturas do Partido e Estado do país, e uma revista teórica como «Estudos Moçambicanos», ou como o organismo que a patrocina, o Centro de Estudos Africanos, não podem fazer mais do que tentar compreender e interpretar. O Ministro do Plano especificou recentemente o papel da Universidade Eduardo Mondlane no processo de desenvolvimento: é teorizar a partir da experiência moçambicana da luta contra o subdesenvolvimento e pelo socialismo. Este o papel de intelectual numa sociedade revolucionária; por um lado participar na acção política e na luta de classes, mas também utilizar o acesso ao conhecimento e a prática do estudo a fim de teorizar ao serviço da sociedade. Isto significa mais do que uma mera recapitulação da estratégia de desenvolvimento do país; significa lutar para a compreender profundamente; significa colocar as principais questões, não com cepticismo ou oposição, mas porque as questões difíceis são as que englobam a luta para transcender a realidade e construir uma nova sociedade. Se colocamos questões e argumentos com um certo vigor, não é porque possuímos as respostas já feitas e completamente delineadas nas nossas cabeças, mas porque nós, também, estamos a lutar para tornar as questões coerentes connosco próprios e, no que elas servirem, para os outros. Mas trata-se apenas de contribuições para um debate, e serão bem-vindos o desacordo, a crítica e a oposição fundamentada.

**A.B. e R.F.**